A presunção de inocência pelo Supremo Tribunal Federal

The presumption of innocence Federal Supreme Court

Adilson P. M. Junior¹; Bruno T. Ribeiro¹; Camilla Daniella Viriato¹; Jéssica Fernanda de A. Rocha¹; Patrícia Cristina M. Martins¹; Vinícius D. M. de Barros¹.

¹ Faculdade Mineira de Direito, Rua do Rosário 1.081, Bairro Angola, CEP 32.630-000, Betim, Minas Gerais, Brasil; bruno_fran08@yahoo.com.br.

Palavras chave: Presunção de inocência; insegurança jurídica; segunda instância.

Keywords: Presumption of innocence; Juridical insecurity; second instance.

Introdução: O projeto de pesquisa tem por finalidade analisar a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sede do Habeas Corpus 126292, que pela maioria dos votos permitiu o início da execução da sentença penal condenatória, após a confirmação da decisão em segundo grau. **Objetivo:** Compreender a decisão do Supremo Tribunal Federal e conseqüentemente a mudança de paradigma na jurisprudência brasileira no que se refere a execução provisória de sentença penal condenatória, em face do princípio da presunção de inocência. **Metodologia:** a metodologia a ser utilizada é a de Análise de Decisões, que consistirá em duas fases, a primeira de estudos de obras jurídicas e pesquisas jurisprudências e a segunda fase, a análise dos votos proferidos pelos Ministros. **Resultados e Discussão:** Após mais de 25 anos da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, que prevê um extenso rol de garantias individuais em especial a presunção de inocência, que segundo a constituição, o réu só poderá ser considerado culpado depois do trânsito em julgado da sentença penal condenatória. O Supremo Tribunal Federal, em sua atividade judicante, promove uma releitura dos dispositivos constitucionais, a fim de desestimular a prática recorrente do uso do recurso como forma de retardar o cumprimento da sentença penal condenatória, possibilitando a prisão do réu após condenação por uma corte colegiada em segunda instância, mesmo sem ter ocorrido o trânsito em julgado. Em contrapartida, a releitura pode acarretar conseqüências jurídicas indesejadas, como a imprevisibilidade das decisões proferidas pelo judiciário, podendo ensejar uma abertura para o ativismo judiciário e insegurança jurídica. **Considerações finais:** Em que medida esta releitura das garantias individuais realizadas pelo Supremo Tribunal Federal não afronta os objetivos traçados pela Constituinte, violando um dos pilares do Estado Democrático de Direito, qual seja, o princípio da presunção de inocência?